

ANC 92

## Trileão é pinto

Tudo indica que a nova Constituição será aprovada em vinte ou trinta dias, o que é um erro. Como observou muito bem o ex-deputado Nelson Marchezan, o político que não quis ser Vice-Presidente de Tancredo Neves por fidelidade ao Governo, do qual era líder, o primeiro turno da Constituinte durou quase 20 meses. Não é justo que o segundo demore apenas dias. O primeiro turno não é definitivo, ao contrário do segundo, o que reforça a cautela exigida por diversos setores.

É lamentável que o Governo somente agora tenha descoberto que a nova Constituição tornará ingovernável o País e que suas concessões equivalerão a um novo orçamento. Houvesse sido mais atento e isso não teria ocorrido, como observa Marchezan. Como não adianta falar sobre hipóteses, há que se constatar o confronto entre o Executivo e o Legislativo, cada vez mais acirrado e com tendência a se agravar.

A primeira vítima desse choque é o Presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Como seu grande trunfo político é a nova Constituição, na medida em que ela fica prejudicada pelas críticas oficiais, o seu desgaste político aumenta. O Executivo conseguiu, com sabedoria, esconder sua omissão no primeiro turno, da qual escaparam os ministros militares e os do Planejamento e Fazenda, e rotular a Constituinte de irresponsável, responsabilizá-la pelo descontrolado das finanças públicas. O Legislativo, enquanto isso, está atônito.

Contra o dr. Ulysses e a Constituinte, o

maior ariete do Governo é o líder do PFL, deputado José Lourenço, que, afirma-se, sempre teve coragem de se opor a medidas demagógicas. Foi quem combateu, abertamente, a concessão de anistia aos microempresários e aos sonegadores de impostos, quando muitos votaram a favor com medo das consequências políticas. Sua crítica ao paternalismo é mais do que válida, pois não se admite, não se compreende, para citar um exemplo, que o País venha a ter mais de 500 marechais, nenhum dos quais comandou sequer uma patrulha em ação.

A nova Constituição, como está o Executivo demonstrando, é eleitoreira. A preocupação maior não é com o País e sim com as consequências eleitorais. Excetuando-se os avanços no capítulo do cidadão, dos quais o habeas-data é extraordinário, o resto parece uma colcha de retalhos corporativistas e até individuais. As vantagens são excessivas sem que ninguém se preocupe com quem vai pagar a conta. O interesse geral é pelos dividendos.

O Governo está, como acentua Marchezan, certo em suas preocupações. A omissão, porém, continua. Órgãos públicos, como o Conselho da Mulher, fazem propaganda contra posições oficiais. Os ministros, na maioria, continuam calados, presos entre o dever que lhes impõe a crítica e o interesse que os acomoda. Espremido no confronto, o povo pagará tudo, pois o aumento da tributação será inevitável. O trileão acabará sendo pinto.

22 JUL 1988